

### **13. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Indeferimento.**

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadradas no disposto dos n.ºs 1 e 2 do artigo H-1/16º, artigo H-1/17º e artigo H-2/5º do Código Regulamentar do Município de Braga.

**Indeferimento do pedido de Isenções por não estarem enquadradas no disposto dos n.º 1 e 2 do artigo H-1/16º, artigo H-1/17º e artigo H-2/5º do CRMB**

N.º Informação	Data Informação	NIF	Nome	Facto	Motivo indeferimento	Total
90960	16/09/2024	514715340	Supreme Defender Unipessoal, Lda	Licença Especial de Ruído, Licença de Recinto Improvisado e Autorização OEP	Tendo em conta que a requerente é uma sociedade comercial, e tendo presente todo regime jurídico regulamentar aplicável em matéria de isenção de taxas, a requerente não figura nas entidades que por força da sua natureza podem desde logo beneficiar das isenções legalmente admitidas, razão pela qual o enquadramento da pretensão terá sempre de ser avaliado atendendo no manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto. Considerando que o pedido é para realização de um evento privado, não se considera que seja uma atividade de manifesto e relevante interesse municipal	464,68 €
90998	16/09/2024	502323086	Centro Social da Paróquia de Nogueira	Inspeções Periódicas	No âmbito de aplicação Decreto-Lei n.º 320/2002, às Câmaras municipais estão cometidas, entre outras, a competências de efetuar inspeções periódicas e reinspeções às instalações. Para a realização desta competência, o município vê-se obrigado a recorrer à contratação de serviços externos; - No apuramento do montante previsto na Tabela de Taxas estão imputados os custos diretos e indiretos associados a essa prestação de serviços, entre os quais o montante pago à entidade contratada para a realização desse serviço; - As inspeções dos elevadores, tal como a sua manutenção, devem ser consideradas despesas correntes de funcionamento das entidades e não estão relacionadas com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades.	96,70 €
91248	17/09/2024			Ocupação de espaço público para execução de operações urbanísticas - Centro Histórico	Licença de OVP para prédio para o qual foi emitido não se encontra situado no Centro Histórico,	264,09 €